



## IMPOSTOS

# Governo garante que não haverá caos na entrega do IRS e do IRC

Finanças desenvolvem novos sistemas para manter a máquina operacional nos picos de tráfego



Sistema de entrega do IRS será autónomo e as empresas poderão utilizar *webservices* para comunicar a declaração anual de IRC FOTO TIAGO MIRANDA

O Governo quer acabar com os problemas no envio das declarações eletrónicas de IRS e de IRC, que todos os anos, no final do prazo, em maio, deixam muitos contribuintes à beira de um ataque de nervos.

No caso da entrega do IRS, embora o acesso continue a ser feito através do Portal das Finanças, esta ferramenta passa a ser autónoma do *site* (através de uma nova infraestrutura tecnológica), o que implica uma maior capacidade para processar as declarações, mesmo nos picos de tráfego que surgem no final dos prazos, segundo disse ao Expresso o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núnzio. Esta funcionalidade estará operacional já em fevereiro.

Do lado do IRC, a opção foi por um *webservice*, que funciona como um canal direto entre as empresas e a Autoridade Tributária e Aduaneira — à semelhança do envio dos dados das faturas e as guias de transporte — e que deverá estar a funcionar em março (a tempo da entrega da próxima declaração anual de rendimentos das

## O FISCO NA INTERNET

## 4,48

milhões de declarações de IRS (cerca de 90%) foram entregues eletronicamente, em 2014 (exercício de 2013), contra apenas 610.516 impressos em papel. As empresas entregaram 436.819 declarações, todas via internet

## 4,38

mil milhões de faturas foram comunicadas ao Fisco entre janeiro e novembro de 2014. No mesmo período, as guias de transporte eletrónicas ultrapassaram os 130 milhões

sociedades). De acordo com as Finanças, atualmente cerca de 70% das empresas que comunicam documentos de transporte às Finanças utilizam *webservices* e, em média, cerca de 500 mil guias eletrónicas são processadas por dia.

Com estas duas medidas, Paulo Núnzio, confia que não se irão repetir os problemas de excesso de tráfego e consequente bloqueio do *site*. “Estes canais (os *webservices*) funcionam em paralelo com o Portal das Finanças e não estão sujeitos às variações do desempenho deste”, refere o governante, acrescentando que “ao disponibilizar um novo canal de envio por *webservice* aumenta-se substancialmente a capacidade de receção de declarações fiscais, diminui-se a carga das funcionalidades existentes no Portal e, desta forma, melhora-se significativamente a qualidade dos serviços prestados aos contribuintes individuais e às empresas”.

No próximo mês, o *site* das Finanças será renovado com o objetivo de o tornar ‘mais amigável’ do contribuinte, quer

sejam empresas ou particulares, adiantou ao Expresso o secretário de Estado. O excesso de informação pode ser um problema e, por isso, o Portal irá compartimentar os conteúdos. Por exemplo, o contribuinte, quando aceder ao IRS, terá tudo sobre o imposto concentrado e sistematizado. Além disso, a partir de 2016, o fim dos prazos para a entrega do IRS (2ª fase) e do IRC deixam de coincidir a 31 de maio, já que os particulares terão até 16 de maio para enviar o Modelo 3 e as empresas até ao último dia do mês.

No ano passado, o caos na entrega de declarações de impostos levou a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) a recorrer aos meios judiciais, com várias ações a contestar a

**Governo diz que melhora das relações entre contribuintes e fisco decorre das reformas do IRS e do IRC**

inoperacionalidade dos serviços eletrónicos do fisco. A OTOC pediu ao tribunal para obrigar o Ministério das Finanças a prolongar os prazos de entrega da declaração de rendimentos das empresas, o que foi rejeitado. Houve também uma providência cautelar para impedir sanções juntos dos contribuintes que se atrasassem nesta obrigação, o que também não teve sucesso. E, entretanto, corre uma ação com esta segunda pretensão, que já foi contestada pelas Finanças, aguardando-se o seu desfecho.

O bastonário da OTOC, Domingues Azevedo, congratula-se com as medidas que estão a ser tomadas e acredita que os constrangimentos não se irão repetir. Mas lamenta que a resolução do problema não tenha acontecido mais cedo e associa as medidas à entrada de um novo diretor-geral dos Impostos, António Brigas Afonso, um histórico da máquina fiscal, que substituiu José Azevedo Pereira, em julho de 2014.

ANA SOFIA SANTOS  
assantos@expresso.impresa.pt